

## Organização

Günther Richter Mros

Joséli Fiorin Gomes

Júlia Corvelo Delboni

Carolina Porta Rodrigues



OUTUBRO 2021

# MANUAL DE PARADIPLOMACIA PARA OS GEOPARQUES ASPIRANTES UNESCO CAÇAPAVA E QUARTA COLÔNIA

F5 JUNIOR - CONSULTORIA INTERNACIONAL  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFSM



# MANUAL DE PARADIPLOMACIA PARA OS GEOPARQUES ASPIRANTES UNESCO CAÇAPAVA E QUARTA COLÔNIA

## Organizadores

Günther Richter Mros  
Joséli Fiorin Gomes  
Júlia Corvelo Delboni  
Carolina Porta Rodrigues

## Estudantes Extensionistas

Karolayni Baldoni Costa  
Edson Arthur do Reis Farias  
Natália Machado Lopes Lopes  
Amanda Luíza Ferreira Dockhorn  
Ana Clara Batoqui Costa e Silva  
Ana Paula Weber  
Bárbara Silveira Inácio Rocha  
Carolina Kucera Minuzzi  
Gabriel Leonhardt Daroit  
Isadora Vieira Pereira Machado  
João Pedro Matzenbacher Pinton  
Jordana Puntel  
Laura Machado Ribas  
Martha Silveira Nummer  
Victor de Lima Maffini

## 1.ª EDIÇÃO

Santa Maria, RS  
Pró-Reitoria de Extensão | UFSM  
2021

# MANUAL DE PARADIPLOMACIA



## Entrevistados

Ana Amélia Lemos

Secretária Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Weissheimer de Borba

Docente do Departamento de Geociências da UFSM

Prof. Dr. Bruno Sadeck

Docente do curso de Relações Internacionais da UFPEL

Creomar Lima Carvalho de Souza

CEO da Dharma Politics e Professor Convidado da Fundação Dom Cabral

Daniely Votto Fontoura

Coordenadora Municipal da Fundação City Cancer Challenge em Porto Alegre

Fernando Santomauro

Learning Officer na Organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)

Guilherme Suzin Pereira da Rosa

Internacionalista da Laureate International Universities do Brasil

Matheus da Silva Junges

Bacharel em Relações Internacionais

Rodrigo Corradi

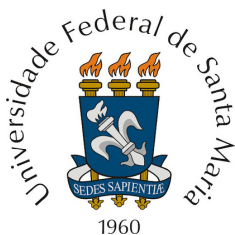
Secretário Executivo do ICLEI na América do Sul

Suelma Rosa

Head de Assuntos Corporativos, Governo e Sustentabilidade da Unilever e Presidente do Conselho do Irelgov

Valserina Gassen

Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS) da Quarta Colônia



1960



## **Expediente**

### **Reitor**

Paulo Afonso Burmann

### **Vice-Reitor**

Luciano Schuch

### **Pró-Reitor de Extensão**

Flavi Ferreira Lisboa Filho

### **Pró-Reitor de Extensão Substituto Articulação e Fomento à Extensão**

Rudiney Soares Pereira

### **Cultura e Arte**

Vera Lucia Portinho Vianna

### **Desenvolvimento Regional e Cidadania**

Jaciele Carine Sell

### **Subdivisão de Divulgação e Eventos**

Aline Berneira Saldanha

### **Diagramação e projeto gráfico**

Laura Strelow Storch

Bárbara Silveira Inácio Rocha

João Pedro Matzenbacher Pinton

Karolayni Baldony Costa

Laura Machado Ribas

### **Revisão**

Empresa Júnior de Jornalismo

Comunica!

M294 Manual de paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes Unesco  
Caçapava e Quarta Colônia [recurso eletrônico] / organizadores  
Günther Richter Mros ... [et al.] ; estudantes extensionistas  
Karolayni Baldoni Costa ... [et al.], - 1. ed. - Santa Maria, RS :  
UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2021.  
1 e-book : il. - (Série Extensão)

Acima do título: F5 - Consultoria Internacional  
ISBN 978-65-87668-38-3

1. Relações internacionais 2. Paradiplomacia 3. Geoparque  
Quarta Colônia Aspirante Unesco, RS 4. Geoparque Aspirante  
Unesco - Caçapava do Sul, RS I. Mros, Günther Richter  
II. Costa, Karolayni Baldoni

CDU 327  
327(816.5)

## CARTA DOS COORDENADORES



Prezados gestores públicos,

Diante da crescente conectividade global das demandas urbanas, alguns desafios têm se apresentado de maneira relevante para as cidades, não importando o tamanho de seus limites físicos ou demográficos. Com isso, os poderes locais tiveram de ampliar seus horizontes de ação, em busca de investimentos e de qualificação na gestão pública (GOMES, 2017, p. 237), passando à condição de atores das relações internacionais. Isto posto, tornou-se cada vez mais premente repensarmos os limites da diplomacia tradicional e o papel da paradiplomacia, ou seja, da atuação internacional de entes subnacionais.

Dessa forma, é oportuno, no âmbito do projeto estratégico de extensão da Universidade Federal de Santa Maria junto às candidaturas aspirantes ao Selo Unesco de Geoparques, aliarmos teoria e prática para capacitar gestores e agentes dos municípios envolvidos na temática internacional.

Por esta razão, temos orgulho em apresentar este Manual de Paradiplomacia, elaborado, sob nossa orientação, por jovens estudantes de Relações Internacionais e Economia da UFSM. Trata-se de uma obra a muitas mãos, redigida com base nas experiências e no conhecimento acumulados em livros e em entrevistas de profissionais experimentados no campo de atuação da paradiplomacia. Conhecimento de qualidade, organizado e sistematizado para ajudar você, gestor municipal.

Esperamos que este manual possa ser importante ferramenta de empoderamento, conquanto saibamos que se trata tão somente de um primeiro passo rumo à atuação segura por assuntos que despertam curiosidade e também alguns receios. Que seja apenas o início de uma auspiciosa experiência de sucesso na internacionalização e no desenvolvimento sustentável dos municípios da Quarta Colônia e Caçapava do Sul.

Boa leitura!

Prof. Dr. Günther Richter Mros  
Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseli Fiorin Gomes



<b>9</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>
<b>11</b>	<b>OS GEOPARQUES ASPIRANTES DA UNESCO CAÇAPAVA E QUARTA COLÔNIA</b>
11	O QUE SÃO GEOPARQUES?
13	GEOPARQUE ASPIRANTE DA UNESCO CAÇAPAVA
14	GEOPARQUE ASPIRANTE DA UNESCO QUARTA COLÔNIA
15	POTENCIALIDADES DOS GEOPARQUES
<b>16</b>	<b>O QUE É PARADIPLOMACIA?</b>
17	COMO SURTIU?
17	PARADIPLOMACIA VERSUS DIPLOMACIA
19	PARADIPLOMACIA NO MUNDO
19	<b>O Exemplo do Canadá e da Província do Québec</b>
20	<b>O Exemplo da Argentina</b>
<b>21</b>	<b>PARADIPLOMACIA NO BRASIL</b>
21	RELAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS COM O GOVERNO FEDERAL
22	PARADIPLOMACIA EM MÉDIAS E PEQUENAS CIDADES
23	CONDIÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES
<b>26</b>	<b>ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS</b>
26	CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS
27	IRMANAMENTO
27	COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS ENTRE ATORES SUBNACIONAIS
28	INCENTIVO E ARTICULAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E AGENTES PÚBLICOS EM FEIRAS E EVENTOS INTERNACIONAIS
29	COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES E/OU ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

# SUMÁRIO



30	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE ENTES SUBNACIONAIS
31	ESCRITÓRIOS REPRESENTATIVOS EM PAÍSES ESTRANGEIROS
31	PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS NO MUNICÍPIO
<b>33</b>	<b>ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>
34	ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE
36	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE)
37	REDE MERCOCIDADES
38	CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS (CGLU)
39	ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE (IACD)
40	ESCRITÓRIO DA FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER NO BRASIL
41	FUNDAÇÃO INTERAMERICANA
42	JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA)
43	UK GOVERNMENT'S FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE
<b>44</b>	<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E O SEU PAPEL NA PARADIPLOMACIA</b>
44	A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM)
45	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS (ABM)
46	FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP)
48	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SUL (CODESUL)
49	SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS (SEAF)
50	AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)
52	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO
53	ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES (AFEPA)

# SUMÁRIO



<b>54</b>	<b>PARADIPLOMACIA EM PRÁTICA: TRANSFORMANDO OS OBJETIVOS LOCAIS EM REALIDADE</b>
54	BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO
55	CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS
58	APROFUNDANDO OS CONHECIMENTOS
<b>60</b>	<b>EXEMPLOS DE SUCESSO</b>
60	PORTO ALEGRE - RS
61	SÃO PAULO - SP
63	OSASCO - SP
64	SALVADOR - BA
65	MONTE BELO DO SUL - RS
66	IJUÍ - RS
66	COMODORO - MT
67	BLUMENAU - SC
67	PONTA PORÃ - MS
67	GUARARAPES - SP
<b>68</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
<b>70</b>	<b>NOTAS</b>
<b>72</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>



# 1

## INTRODUÇÃO



O aumento da transferência de informações entre os países nos últimos anos caracteriza a internacionalização de diversos campos que compõem a sociedade, como a cultura, política, educação, saúde, economia e direitos humanos. Nesse processo, os entes subnacionais desempenham um papel importante por serem as unidades representativas mais próximas das demandas das comunidades, uma vez que refletem realidades sociais, econômicas, culturais e étnicas únicas.

Desse modo, entende-se por paradiplomacia as atividades internacionais promovidas por estados e municípios, no caso brasileiro, para a cooperação e o desenvolvimento dos territórios participantes. Essas ações, descritas ao longo deste manual, são realizadas por meio do compartilhamento de boas práticas entre as partes, transferência e adaptação de políticas públicas, captação de recursos e formulação de acordos formais ou informais de cooperação técnica, econômica, social, cultural e entre outras áreas que integram a sociedade. Assim, a paradiplomacia desempenha um papel importante por compor o diálogo entre o conjunto político, técnico, da sociedade civil e do setor privado de diferentes países, sendo um mecanismo promotor de oportunidades para o fortalecimento da governança local e do desenvolvimento regional.

Com base nisso, a F5 Junior - Consultoria Internacional, empresa júnior do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), apresenta este manual como uma ferramenta destinada aos Comitês Gestores e demais autoridades dos Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e Quarta Colônia. O objetivo do trabalho é motivar, apoiar e capacitar os Geoparques no desenvolvimento de ações internacionais que consolidem as potencialidades geoturísticas e fortifiquem o desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, o Manual de Paradiplomacia faz parte do trabalho com a Pró-Reitoria de Extensão da UFSM que, em conjunto à F5 Junior, desenvolve projetos que impulsionam ações internacionais dos municípios da Quarta Colônia e de Caçapava desde 2020.



Portanto, para o desenvolvimento do material, compilou-se as principais informações teóricas e práticas sobre o tema, de forma adaptada à realidade dos Geoparques Aspirantes Caçapava e Quarta Colônia. Sendo assim, realizou-se parcerias para entrevistas com profissionais da área, as quais foram fundamentais para a convergência entre o olhar prático com o olhar acadêmico representado neste trabalho.

Primeiro, o material apresenta os Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e Quarta Colônia, tratando sobre suas potencialidades para desenvolvimento no âmbito internacional. Depois, é revisado o conceito de paradiplomacia e sua atuação no Brasil, tratando sobre os desafios da prática no país, principalmente para pequenas e médias cidades. Na segunda parte do trabalho, são discutidas as atividades paradiplomáticas passíveis de serem realizadas, junto ao debate do papel das associações internacionais e nacionais na paradiplomacia, bem como suas formas de adesão. Por fim, são exploradas as boas práticas que os municípios e/ou os Comitês Gestores responsáveis pelos Geoparques devem desenvolver para realizar atividades internacionais, assim como alguns exemplos de grandes, pequenas e médias cidades que atuam no plano internacional.

Dessa forma, espera-se que a leitura do material seja um guia para a implementação de ações paradiplomáticas, de forma que amplie o conhecimento entre os atores políticos e sociais dos Geoparques, a partir do diálogo com a academia. Além disso, almeja-se que o manual seja uma ferramenta norteadora para o fortalecimento de vínculos internacionais em Caçapava e na Quarta Colônia, visando o desenvolvimento das potencialidades culturais, empreendedoras, turísticas e geológicas dos Geoparques.

# 2

## OS GEOPARQUES ASPIRANTES DA UNESCO CAÇAPAVA E QUARTA COLÔNIA



### O QUE SÃO GEOPARQUES?

Os Geoparques são territórios que visam a preservação do patrimônio histórico, cultural e/ou natural e fomentam o desenvolvimento sustentável para a comunidade que os engloba. O desenvolvimento dos Geoparques é dado a partir do turismo, da criação de produtos regionais, artesanato e atividades relacionadas ao patrimônio geológico-geomorfológico único da região, como rochas, minerais, água, solo, relevo, fósseis e paisagens. Além disso, são caracterizados pela sua correlação entre a individualidade geológica-geomorfológica e o envolvimento da comunidade nas ações de preservação do patrimônio.



### VOCÊ SABIA?

Os Geoparques recebem suporte da Rede Global de Geoparques (RGG). Criada em fevereiro de 2004, na sede da Unesco, a RGG é uma rede internacional de caráter não governamental, voluntária e sem fins lucrativos que fornece uma plataforma de cooperação entre os Geoparques, reúne órgãos governamentais, organizações não governamentais, cientistas e comunidades de todo o mundo em apenas uma única parceira global, operando de acordo com os regulamentos da UNESCO. (UFSM, 2021)

## QUAIS OS CRITÉRIOS PARA SER UM GEOPARQUE?



CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
Território Definido	O território deve possuir área extensa e bem delimitada.
Grande potencial geocientífico	Ter e preservar patrimônio geológico de significado de importância internacional. Com base nos campos da geologia, geomorfologia e paleontologia, a comunidade geocientífica internacional tem papel essencial para determinar o potencial geocientífico do local.
Potencial geoturístico	Deve reforçar o desenvolvimento do geoturismo e gerar novas fontes de renda para a população.
Interesse histórico-cultural	Importância histórica e cultural dada ao lugar e às atividades desenvolvidas, assim como o fomento à educação sustentável.
Envolvimento das comunidades locais	Comunidade local comprometida, que tenha apoio político e público a longo prazo.

## GEOPARQUE ASPIRANTE DA UNESCO CAÇAPAVA



O Projeto Geoparque Caçapava é uma iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em parceria com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a Prefeitura de Caçapava do Sul e a sociedade civil. A característica mais relevante da região que enquadra o município como um Geoparque Aspirante é a sua geologia, que apresenta rochas sedimentares marinhas e continentais de mais de 500 milhões de anos.

Figura 1: logomarca do Geoparque Aspirante da UNESCO Caçapava



## **GEOPARQUE ASPIRANTE DA UNESCO QUARTA COLÔNIA**



O Geoparque da Quarta Colônia constitui-se de território localizado na Região Central do estado do Rio Grande do Sul e é formado por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Devido ao importante patrimônio geológico, arqueológico, cultural e histórico da região e às atividades de desenvolvimento sustentável que a região realiza, a Quarta Colônia é classificada como aspirante a geoparque pela UNESCO.

Figura 2: logomarca do Geoparque Aspirante da UNESCO Quarta Colônia



## POTENCIALIDADES DOS GEOPARQUES



### QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES DOS GEOPARQUES CAÇAPAVA E QUARTA COLÔNIA?

	<b>GEOPARQUE ASPIRANTE UNESCO QUARTA COLÔNIA</b>	<b>GEOPARQUE ASPIRANTE UNESCO CAÇAPAVA</b>
<b>Características geológicas</b>	<p>A região possui grande relevância paleontológica devido à diversidade de fósseis de dinossauros, com idade de aproximadamente 233 milhões de anos, encontrados na região! Atualmente, no que diz respeito à geologia, ao todo foram mapeados vinte geossítios e geomonumentos.</p>	<p>A região apresenta sucessões de rochas sedimentares marinhas e continentais de mais de quinhentos milhões de anos, minerais de bilhões de anos e áreas de grande beleza cênica e relevância ecológica, como as Pedras das Guaritas e a Serra do Segredo. Aliada a isso, está a presença nos sedimentos de seus arroyos e de fósseis de animais extintos da megafauna, em especial as preguiças- gigantes.</p>
<b>Potencial geoturístico</b>	<p>Forte presença do setor de hotelaria, restaurantes e a produção de produtos e recordações (souvenirs) que fazem alusão às características do geoparque da região.</p>	<p>Pela grande riqueza natural existente na região, Caçapava do Sul apresenta atividades relacionadas ao patrimônio natural existente na região, como esportes de aventura, escalada em rocha e voo livre.</p>
<b>Interesse histórico-cultural</b>	<p>A imigração iniciada em 1877 é parte marcante da valorização cultural da região podendo ser materializada na preservação de propriedades antigas, objetos, memórias, dialetos, igrejas, grutas, festividades religiosas e museus que evidenciam o interesse da comunidade local em manter conexão com as suas origens.</p>	<p>Pela localização estratégica nos Pampas, Caçapava do Sul viveu grandes histórias, guerras, escaramuças e sangrentas revoluções que impactaram fortemente em sua geografia. Possuem quatro bens tombados que fazem referência à Revolução Farroupilha, tornando a região um local histórico.</p>

# 3

## O QUE É PARADIPLOMACIA?



Paradiplomacia é o termo utilizado para identificar ações internacionais realizadas por entes subnacionais. Os atores subnacionais são unidades integrantes da organização político-administrativa de um país, incluindo:

**Atividades internacionais promovidas por estados e municípios, no caso brasileiro, para a cooperação e o desenvolvimento dos territórios participantes.**

[...] cidades, municípios, estados federados, províncias, departamentos, regiões, cantões, condados, conselhos distritais, comunidades autônomas, länder, oblasts e quaisquer outros entes políticos circunscritos ao crivo jurídico dos Estados (JUNQUEIRA, 2014, p. 230).

No caso brasileiro, as atividades paradiplomáticas são realizadas por prefeituras, governos estaduais e organizações da sociedade civil, para promoção do desenvolvimento local, por vezes com caráter sustentável. À vista disso, a inserção internacional desses atores pode ocorrer tanto por meio da participação em organismos internacionais, quanto por atividades de cooperação que envolvam entes subnacionais estrangeiros ou pela captação de recursos externos.

São exemplos de atividades paradiplomáticas:

- ✓ Promoção, participação e recepção de eventos internacionais;
- ✓ Assinatura de convênios e acordos internacionais;
- ✓ Cooperação em torno de interesses em comum (entre cidades transfronteiriças ou não);
- ✓ Captação de recursos.



## COMO SURTIU?



Com a expansão do fenômeno da globalização, em especial a partir de 1980, a diferenciação entre questões domésticas e internacionais tornou-se menos evidente. Impulsionados pelas dinâmicas políticas, econômicas e sociais próprias deste contexto, os entes subnacionais lançam-se a ações externas com maior frequência, passando a ser vistos como atores internacionais.

Diante disso, cientistas políticos como Duchacek (1990), Soldatos (1990), dentre outros, utilizam o termo paradiplomacia para tentar compreender a internacionalização de ações de governos não-centrais.

## PARADIPLOMACIA VERSUS DIPLOMACIA

Para coordenação entre a diplomacia e a paradiplomacia, o Governo Federal brasileiro dispõe de alguns mecanismos de conexão com estados e municípios para formulação e execução de estratégias de política externa como conferências conjuntas e secretarias direcionadas a Assuntos Federativos.

É muito comum confundir paradiplomacia com a diplomacia executada pelo Ministério das Relações Exteriores de um país. Afinal, quais são suas principais diferenças? Municípios podem realizar ações de diplomacia? O quadro a seguir traz perspectivas sobre estas questões.





---

	<b>DIPLOMACIA</b>	<b>PARADIPOMACIA</b>
<b>O que é?</b>	É a ação externa de governos que é expressa em objetivos, valores e padrões de conduta. Estão vinculados a uma agenda de compromissos que representam a realização de determinados interesses.	Ações externas, formais ou informais de entes subnacionais para projetar globalmente interesses e demandas locais.
<b>Quem executa?</b>	Diplomata, representante oficial do governo central ou da União, no caso brasileiro.	Gestores públicos ou agentes de entes subnacionais.
<b>Esfera</b>	Nacional.	Estadual e municipal (no caso brasileiro).
<b>Diferenciais</b>	Atividade consolidada e de grande escala; Recebe maior amparo do governo federal por ser seu representante direto; Atividades bem definidas e institucionalizadas que atendem demandas nacionais.	Maiores oportunidades que estejam de acordo com a agenda e demandas regionais; Complementam as ações diplomáticas.

---



## PARADIPLOMACIA NO MUNDO

Face ao apresentado, verifica-se que a paradiplomacia tem, cada vez mais, ocupado espaços no debate público como plano de ação para o desenvolvimento local. Além das propostas discutidas, é utilizada por entes subnacionais do Brasil e do mundo como forma de fortalecer a Agenda 2030 da Nações Unidas, incorporada no Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável N° 17 (ODS 17) - Parcerias e Meios de Implementação. O ODS propõe: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”. Abaixo, apresentam-se alguns exemplos da paradiplomacia realizados no Canadá e na Argentina, dois países que surgem recorrentemente em bibliografias sobre o assunto:

### **O Exemplo do Canadá e da Província do Québec**

O Canadá é uma federação composta por dez províncias (equivalentes aos estados brasileiros), onde o desenvolvimento local é conduzido paralelamente ao poder central. A autonomia administrativa é positiva, pois cada localidade adota estratégias correspondentes ao seu perfil político-econômico e social, além de não sobrecarregar o governo central canadense. O país norte-americano é referência em atividades paradiplomáticas com destaque especial no Québec, a única província francófona do Canadá. Suas primeiras atividades paradiplomáticas aconteceram ainda no século XIX, mas foi a partir de 1960 que Québec se consolidou como agente internacional promissor. As atividades realizadas a partir da década de 1960 atendiam uma demanda cultural: intercâmbio acadêmico com a França, Suíça e Bélgica, assembleias com políticos de países francófonos ao redor do mundo e o incentivo ao estudo da cultura québécoise, somada ao francês canadiano.

Além disso, com o estabelecimento de tratados comerciais entre Canadá, Estados Unidos e México, a província deu enfoque a atividades econômicas, tais como o aumento de exportações, desenvolvimento da área científico-tecnológica e atração de investimentos internos em áreas mais abrangentes como a de energia e da siderurgia.



### O Exemplo da Argentina

O país possui um histórico parecido com o do Brasil, visto que ambos passaram pela redemocratização, nos anos 1980 e pela abertura econômica e descentralização política, nos anos 1990. Com isso, os entes subnacionais argentinos puderam usufruir de maior autonomia, uma vez que, ao contrário do caso brasileiro, a Constituição Argentina (1994) reconhece os seus entes subnacionais como atores internacionais. Isso significa que a paradiplomacia na Argentina é normatizada, fazendo com que o país tenha alta intensidade de atividades paradiplomáticas, com destaque para as províncias de Salta e de Tucumán, as mais ativas nesse âmbito.

Essa normatização, por meio do artigo 124 de sua Constituição, faz com que o país disponha de um modelo institucional que incumbe às províncias argentinas o direito de criar regiões para seu desenvolvimento econômico e social, além de poderem criar seus próprios órgãos para celebrar convênios e tratados internacionais. Destaca-se aqui a cidade de Buenos Aires, que é a única cidade autônoma em relação à província.

# 4

## PARADIPLOMACIA NO BRASIL



### **COMO AS ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS FUNCIONAM NO BRASIL?**

---

As primeiras manifestações da paradiplomacia no Brasil ocorreram na década de 1980, a partir dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990, outros estados começaram a discutir pautas internacionais. As atividades paradiplomáticas no Rio Grande do Sul foram favorecidas pela criação do Mercosul, para promover a integração regional. Além disso, a Constituição de 1988 atribuiu autonomia às unidades federadas, contribuindo para esse cenário.

### **RELAÇÃO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS COM O GOVERNO FEDERAL**

---

O Ministério das Relações Exteriores dispõe de mecanismos de diálogo e coordenação para acompanhar e auxiliar os movimentos internacionais de Estados e Municípios. São algumas dessas ferramentas institucionais: a Secretaria Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República e o órgão de Assessoria de Relações Intergovernamentais do gabinete do ministro de Relações Exteriores. Além disso, o Rio Grande do Sul dispõe de um escritório regional do Ministério das Relações Exteriores, o ERESUL, localizado na cidade de Porto Alegre. Além do Rio Grande do Sul, Estados e regiões como Bahia, Mato Grosso do Sul, Região Norte, Região Nordeste, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo também dispõem desse mecanismo.

## PARADIPLOMACIA EM MÉDIAS E PEQUENAS CIDADES



---

Ao reconhecerem-se as cidades - de qualquer porte, como atores políticos, e no campo das Relações Internacionais, como atores políticos internacionais - pode-se confirmar que tal condição faz com que, enquanto poderes políticos locais, tenham a capacidade de inserção e projeção internacional. No caso de médias e pequenas cidades, as quais, normalmente, não possuem gestores especializados a realizarem tais iniciativas, um caminho pode estar na articulação entre municípios, por meio de instrumentos, como: consórcios, associações de municípios ou outro método para posicionamento de internacionalização.

Uma forma de fomentar o desenvolvimento local é transformar a pauta de internacionalização em algo local, de forma que a comunidade municipal apoie a iniciativa.

Para isso, é necessário articular com a comunidade a valorização da cultura material e imaterial da localidade. É a partir deste ponto que surge a vontade de transformar este patrimônio em ativo de inserção e desenvolvimento por meio de ações internacionais. Além disso, é necessário entender o território, qualificar as melhores ações a serem seguidas e verificar as sinergias e oportunidades, buscando por resultados de maneira honesta com o articulador local e com quem o apoia.

## CONDIÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES



- Quais são as condições para que uma cidade de médio e pequeno porte inicie um processo de internacionalização?

### 1° Condição:

Ter a presença de pelo menos um(a) funcionário(a) que atue como ponto focal da área internacional, este de preferência, com formação na área e/ou experiência internacional, capaz de se comunicar em inglês.

### 3° Condição:

Existência de um conselho ou comissão, composto por integrantes da Prefeitura e da sociedade civil, setor privado, instituições científicas de ensino, pesquisa e culturais, coordenado pela pessoa que atua como ponto focal da política externa local (vide o primeiro ponto).

### 5° Condição:

Concordância do(a) Prefeito(a) para participar de reuniões bilaterais e de encontros multilaterais identificados como vetores de inserção internacional, para o estabelecimento de relações de confiança.

### 2° Condição:

Existência individual de um arquivo, tanto físico como virtual, com a organização de todos os documentos, atas de reuniões, mensagens com autoridades e comunidades estrangeiras, relatos de viagens e processos vinculados à área. Com isso, é possível a continuidade de contatos e negociações internacionais para além do período de mandato de uma gestão, garantindo, também, a legalidade e o acesso público a documentos.

### 4° Condição:

Diálogo entre os vereadores sobre ações externas, gerando consciência sobre relações internacionais.

# CONDIÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES



---

- **Quais desafios podem ser esperados?**

Apesar da prática da paradiplomacia apresentar oportunidades para pequenas e médias cidades, cabe destacar alguns desafios que consórcios e municípios podem encontrar no processo. Assim, é possível se preparar para evitar ou contornar alguns cenários.

## **SEGMENTAÇÃO DE OBJETIVOS**

A paradiplomacia pode servir como um instrumento para obter recursos e prestígio para os municípios e suas comunidades. No entanto, é muito importante que a comunidade local esteja envolvida e engajada com os projetos desenvolvidos pelos seus gestores.

## **TRANSIÇÃO DE GOVERNO**

A continuidade das atividades paradiplomáticas é central para sua eficiência, porém, muitas vezes é abandonada pela mudança de governo, gerando perda de informações. Desse modo, o município deve entender essas atividades como algo de interesse público, a ser conduzido por qualquer que seja seu gestor.

## **INCERTEZA INSTITUCIONAL**

Em paralelo ao ponto anterior, os entes subnacionais não possuem obrigação de manter atividades internacionais, podendo haver falta de continuidade e de articulação de suas ações.

## **INEFICIÊNCIA NA GESTÃO E FALTA DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA**

Muitas vezes, os municípios não possuem pessoas encarregadas apenas para lidar com a gestão das atividades paradiplomáticas. Desse modo, as atividades acabam sendo deixadas de lado e a falta de profissionais da área dificulta o olhar estratégico sobre as ações.





## **CONDIÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES**

---

### **ESCASSA PRODUÇÃO ACADÊMICA ESPECÍFICA**

A produção acadêmica com ênfase nas atividades internacionais desempenhadas pelos Geoparques é escassa, podendo dificultar a orientação de políticas públicas sobre o assunto e a divulgação de informações.

### **DEFICIÊNCIA DA REGULAÇÃO DA PARADIPLOMACIA**

A difusão da paradiplomacia no Brasil é, em geral, um processo ainda em ascensão. Portanto, o desconhecimento sobre as atividades desenvolvidas e a que órgãos compete sua execução e fiscalização pode dificultar sua execução.

### **ALINHAMENTO COM O GOVERNO FEDERAL**

O relacionamento entre o governo central e os entes subnacionais permanece confuso no que diz respeito aos seus temas e ações internacionais. Assim, é de suma importância que os municípios se atentem ao relacionamento com o Governo Federal, seja no alinhamento de suas ações ou em busca de auxílio.

# 5

## ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS



O capítulo a seguir trata-se de exemplos de atividades paradiplomáticas, diferentes estratégias de internacionalização e os meios pelos quais os municípios podem executá-las. Para a realização das atividades paradiplomáticas, divide-se a prática da paradiplomacia em dois métodos: a paradiplomacia direta, na qual as cidades/regiões possuem autonomia no processo de internacionalização; e a paradiplomacia indireta, em que o processo de internacionalização das cidades/regiões é influenciado pelo Governo Federal.

Abaixo, são exibidos os métodos mais comuns para a realização de paradiplomacia e o porquê de suas execuções:

### **CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS**

---

#### **O QUE É?**

---

Essa prática consiste na promoção da imagem da cidade com relação ao exterior, exaltando as principais características e potencialidades do município com o objetivo de atrair investimento estrangeiro e promover projetos conjuntos

#### **POR QUE FAZER?**

---

Um município tem diversas ações possíveis para atrair investimento estrangeiro, como campanhas públicas com intuito de fortalecer a imagem do município no exterior e reforçar o potencial econômico na região; o envio de projetos para editais financiadores internacionais, bem como a promoção de projetos conjuntos com outros entes subnacionais, visando ao benefício econômico mútuo, de modo a arrecadar capital para o investimento em novos projetos.



## **IRMANAMENTO**

---

### **O QUE É?**

O irmanamento de cidades ou gemação de cidades, consiste em uma parceria de longo prazo entre entes subnacionais estrangeiros, geralmente municípios.

### **POR QUE FAZER?**

Esse relacionamento busca estabelecer meios de contato entre os governos e instituições de ambas as cidades-irmãs, de modo a propiciar o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas temáticas, como intercâmbios culturais, políticas públicas, parcerias empresariais e comerciais, entre outras possibilidades. Geralmente, o irmanamento entre duas cidades é baseado em características comuns, sejam estas de caráter econômico, sócio-cultural, geográfico ou histórico. Com isso, é acordado um vínculo legal entre municípios.

## **COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS ENTRE ATORES SUBNACIONAIS**

---

### **O QUE É?**

Boas práticas são atividades governamentais que devem gerar resultados e alto impacto. Elas devem ser adaptáveis e consistentes, de modo a garantirem a melhoria de políticas públicas. Assim, é necessário ter em vista o alcance de um objetivo comum, muitas vezes com o estabelecimento de requisitos para atingir as melhores práticas.

### **POR QUE FAZER?**

Compartilhar e difundir práticas locais com outros entes gera ganhos mútuos. Permite que haja inspiração para solução de demandas semelhantes.

# INCENTIVO E ARTICULAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E AGENTES PÚBLICOS EM FEIRAS E EVENTOS INTERNACIONAIS



## O QUE É?

Consiste na articulação entre o setor público (como Prefeitura e Câmara dos Vereadores) e o setor privado (como produtores rurais e empreendedores) para a participação em feiras e eventos internacionais. As comissões se encarregam de encontrar potenciais parceiros para o comércio, inovação e turismo, entre outras possibilidades.

As feiras internacionais são um modelo de evento com o objetivo de expor produtos e mercadorias, projetos culturais e ideias de políticas públicas. Dessa forma, existem diferentes tipos de feiras internacionais, com diferentes objetivos e utilidades, sendo as principais:

**a) Feiras de negócios:** Buscam reunir e dar visibilidade a empresas ou produtores para exposição de suas mercadorias.

**b) Feiras culturais:** Têm como objetivo disseminar a cultura de um local, apresentando traços históricos, projetos artísticos ou mesmo um modo de vida em si;

**c) Feiras sociais:** Esse tipo de feira distingue-se dos demais por ser voltado à apresentação de ideias, projetos e políticas de públicas, com intuito de promover ou divulgar boas práticas de gestão municipal e/ou de negócios, constituindo meio para formação de rede de contatos estratégicos para o município.

## POR QUE FAZER?

Muitos eventos e feiras internacionais representam importantes oportunidades para a apresentação de projetos municipais e para a captação de recursos, bem como possibilidades de acordos entre os setores público e privado, de modo a promover o desenvolvimento econômico, social e comercial do município.

## COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES E/OU ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS



### O QUE É?

O contato com instituições internacionais, como organizações internacionais e associações internacionais de cidades e regiões é opção para internacionalização de entes subnacionais, principalmente aos iniciantes. As redes internacionais de cidades se destacam em meio ao leque de instituições internacionais, uma vez que visam a facilitar a projeção de municípios e regiões na cena internacional. Estas redes podem ser diferenciadas com base em suas finalidades, desde a integração regional até o combate à degradação ambiental, por exemplo.

São exemplos de associações: a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) e Rede Mercocidades, os quais têm como objetivo representar e defender projetos de governos locais por meio da colaboração, diálogo, cooperação e compartilhamento de conhecimento.

Já as organizações internacionais podem ser definidas como entidades formadas por Estados nacionais, baseadas na jurisdição internacional e com finalidades próprias e bem definidas. Dentre as mais de quinhentas organizações internacionais, podemos citar: a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

### POR QUE FAZER?

É importante notar, ainda, que as redes internacionais de cidades podem ser encaradas tanto como um meio, quanto um fim. Não somente atuam pela promoção de práticas conjuntas em prol de um objetivo específico, como também reúnem municípios e governos regionais do mundo todo, disponibilizando vasta rede de contatos e possibilidades econômicas, comerciais, culturais e políticas entre seus membros.

# ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE ENTES SUBNACIONAIS



## O QUE É?

A cooperação descentralizada é um modelo de troca de conhecimentos e de recursos econômicos, materiais e humanos entre cidades com o objetivo de fomentar o desenvolvimento. Seus objetivos podem referir-se a diversas áreas, como gestão pública, meio ambiente, energia, tecnologia, agronegócio e saúde. Os acordos podem ser de natureza multilateral, bilateral ou trilateral.

Mas quem pode apresentar propostas de cooperação técnica internacional? Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, são as instituições públicas, como os Estados e Municípios, ligadas ao setor produtivo privado, como Fundações, Associações e Confederações, ou entidades privadas sem fins lucrativos. Assim, empresas privadas apenas podem participar dessas iniciativas de cooperação quando o produto da cooperação é compartilhado com a sociedade (geração de emprego e renda, uso dos recursos naturais etc.), por meio de parcerias com instituições governamentais.

Ao pensar em um acordo, é importante contabilizar o know-how, a mão de obra, os recursos materiais necessários, o alcance de seus objetivos, o seu impacto efetivo e a sustentabilidade dos resultados. Além disso, para que os acordos possam ser mais eficazes é crucial manter o contato com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros.

## POR QUE FAZER?

Ao se observarem programas vigentes de cooperação do Brasil com o exterior, verifica-se o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países. Essa troca de informações e conhecimentos visa a promover o desenvolvimento e o aprimoramento de técnicas produtivas, administrativas ou de gerenciamento de recursos, de modo que os municípios envolvidos prosperem de forma conjunta e que novos projetos de cooperação surjam a partir disso.

## **ESCRITÓRIOS REPRESENTATIVOS EM PAÍSES ESTRANGEIROS**



---

### **O QUE É?**

Escritórios representativos no exterior para defesa dos interesses do município quanto ao relacionamento com o município estrangeiro onde é instalado.

### **POR QUE FAZER?**

Esta prática tem como objetivo reforçar e administrar o vínculo entre ambas as cidades, tornando-se um meio de comunicação formal dentro da relação. Além disso, essa atividade possibilita a expansão de acordos comerciais e maior integração cultural e socioeconômica. Entretanto, devido aos custos de manutenção das operações relacionadas, são mantidas, geralmente, por cidades de grande porte.

## **PROMOÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS NO MUNICÍPIO**

---

### **O QUE É?**

A organização de eventos internacionais em cidades possibilita o fomento da economia local e maior visibilidade à cidade no cenário internacional. Ao pensar na realização, deve-se considerar a estrutura do local e a imagem que se deseja transmitir. Diversas possibilidades surgem a partir da ideia de realizar um evento, independente de possuir caráter internacional ou não. Antes de definir o tipo de evento a se realizar, é importante prestar atenção às características do município e pensar como estas podem atrair o interesse do público, de instituições ou investidores externos. Ter metas e objetivos bem definidos é essencial para se medir sua utilidade ao município.



## **POR QUE FAZER?**

Os principais objetivos são, tradicionalmente, relacionados à cultura, ao esporte e ao entretenimento. São exemplos os Jogos Olímpicos e a Feira Universal. Atualmente, eventos internacionais de negócios também ocorrem muito, principalmente em cidades com grande concentração de empresas, visando a promoção de produtos, serviços e tecnologia.



## **VOCÊ SABIA?**

Santos, no litoral do estado de São Paulo, foi escolhida para sediar o encontro de Cidades Criativas em 2020. O projeto Cidades Criativas, da UNESCO, é uma rede de cooperação entre cidades que têm identificado a criatividade como meio estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável, da qual Santos faz parte desde 2015, sendo reconhecida pelo seu Cinema. Em uma disputa mundial, Santos venceu a final contra Puebla (México) e Belém - PA, em reunião da rede ocorrida na Polônia. Isso possibilitou grande divulgação das ações ali desenvolvidas, além do contato com importantes autoridades internacionais e com mais de 250 cidades.



# 6

## ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL



Neste capítulo, serão abordados alguns exemplos de organizações e associações internacionais de desenvolvimento local. Estas instituições têm como objetivo promover práticas que fomentem, sobretudo, a economia e o desenvolvimento social das cidades em que estão presentes. Muito atuantes em projetos voltados para a cultura e para o meio ambiente, essas organizações realizam encontros de governantes locais de diversos países, para que, juntos, possam ser desenvolvidos caminhos para solucionar demandas similares. Em outras palavras, essas organizações são o meio pelo qual prefeitos, vereadores, representantes de ONGs e associações da sociedade civil de diferentes países cooperam para solucionar problemas locais, com respostas compartilhadas a partir do exterior, na forma de capacitações, de intercâmbio de boas práticas e até mesmo, de captação de recursos.

Assim, essas organizações trabalham no desenvolvimento de conexões entre atores que produzem políticas em escalas local e global, juntamente da cooperação entre entes filiados, com o objetivo de auxiliar os governos locais a responderem aos desafios complexos nas diferentes áreas. Nesse sentido, tais instituições projetam soluções com uma equipe de especialistas que formam alianças estratégicas com organizações internacionais, governos nacionais e locais, instituições acadêmicas e financeiras, sociedade civil e setor privado.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos de Organizações e Associações Internacionais de Desenvolvimento Local. Foram escolhidas associações e organizações que tivessem vínculo com parcerias internacionais ou que atuassem internacionalmente, organizações que trouxessem eventos e diálogos entre os prefeitos dos municípios para impulsionar a atividade paradiplomática destes e associações que facilitassem as demandas de municípios menores aos governos estaduais e central, assim ao mesmo tempo criando uma lista de organizações notáveis como também uma explicação ilustrativa que facilite o aprofundamento do assunto.

## ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE



---

### O QUE É?

Fundado em 1990 na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, durante o primeiro Congresso Mundial de Governos Locais por um Futuro Sustentável, o ICLEI - **Governos Locais pela Sustentabilidade**, atualmente, forma uma rede a nível mundial de mais de 2.500 entes locais e regionais em mais de 125 países.

Na América do Sul, o ICLEI possui mais de oitenta governos locais e regionais associados, vindos de sete países. O primeiro escritório da rede do ICLEI na América do Sul foi em Santiago, no Chile. No Brasil, o atual Secretariado foi estabelecido em 2011, na cidade de São Paulo.

A missão do ICLEI é **“construir e servir o movimento mundial de governos locais para atingir melhoras tangíveis na sustentabilidade global por meio de ações locais cumulativas”** (ICLEI, 2021). A equipe busca oferecer **acesso a conhecimento, parcerias e capacitações** para gerar mudanças sistêmicas em prol da sustentabilidade urbana, servindo como um portal de soluções apto a oferecer informações, ferramentas, apoio técnico e treinamentos às cidades empenhadas em se tornarem mais sustentáveis.



## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Segundo o ICLEI, governos locais, regionais, associações governamentais, consórcios e entidades sem fins lucrativos de todos os países da América do Sul que pactuem com o fomento ao desenvolvimento urbano sustentável podem se associar na rede. O processo de solicitação de adesão à rede é simples:

- Um representante do governo local deve preencher um formulário encontrado no site (<http://sams.iclei.org/>) (Rede> Como fazer parte> Membros plenos> Passo 4);
- Em seguida, deverá ser assinado pelo líder de governo e enviado ao ICLEI - SAMS, à equipe de Membresia: [iclei-sams@iclei.org](mailto:iclei-sams@iclei.org) / Rua Fidalga, 146 Cj. 11, Vila Madalena - 05432-000, São Paulo, Brasil;
- A proposta será analisada pelo escritório que se encontra em São Paulo e, se aprovada, encaminhada ao Secretariado Mundial para aprovação em assembleia do Comitê Gestor (MannComm);
- Com os documentos aceitos, o ICLEI estabelecerá comunicação com o contato designado e será enviada a fatura da primeira anuidade. Após adesão, as faturas serão enviadas anualmente;
- Após aprovação formal e pagamento da fatura, a cidade poderá anunciar que é oficialmente um membro do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.

# ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE)



## O QUE É?

A **Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)** é classificada como uma associação sem fins lucrativos e foi fundada em 1994. A AICE é formada por uma conexão de governos locais que se comprometeram com os princípios descritos na Carta das Cidades Educadoras, por meio da colaboração entre si. Desse modo, visando a alternativas que integrem atividades sociais e culturais, para uma melhor formação e desenvolvimento dos cidadãos. Alguns de seus objetivos são **participar e colaborar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências**, com grupos e instituições de interesses em comum, além de **dialogar com diferentes organismos nacionais e internacionais**. Até 2020 mais de 500 governos locais, de 36 países, eram membros da AICE. Já no Brasil, 21 cidades fazem parte dessa associação.

## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Segundo a AICE, qualquer governo local que se comprometa com a **Carta das Cidades Educadoras** pode se tornar membro da Associação. Os procedimentos para associação, segundo plataforma oficial, incluem:

- ✓ Preenchimento de um formulário de adesão (encontrado em <https://www.edcities.org/pt/como-tornar-seassociado/>);
- ✓ Envio do formulário preenchido para o Secretariado da AICE;
- ✓ Aprovação da adesão pelo Governo Municipal;
- ✓ Participação nos canais de debate, intercâmbio e colaboração da AICE;
- ✓ Pagamento de uma quota anual no prazo previsto.

## REDE MERCOCIDADES



### O QUE É?

Criada em 1995, a **Rede Mercocidades** tem como objetivo adotar planos e medidas, que geram maior integração entre as cidades membro, a partir da cidadania participativa. Em 2021, a iniciativa conta com trezentos e sessenta e uma cidades associadas, oriundas de dez países da América Latina (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia), que somam uma população total de cento e vinte milhões de habitantes. Destaca-se, ainda, que a Mercocidades é uma das mais importantes redes de governos locais da América do Sul e um referente destacado nos processos de integração regional.

### FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Podem se associar à Mercocidades todas as cidades dos países membros e associados ao MERCOSUL, cujos governos tenham sido eleitos democraticamente. Os ingressos de municípios são aprovados todos os anos durante a Assembleia Geral de Mercocidades, realizada na Cúpula Anual. Ao se unir à Mercocidades, “o governo assume o compromisso de pagar uma quota anual destinada a administrar e realizar distintas atividades da Rede, assim como elaborar diversas ferramentas que Mercocidades provê aos governos locais membros.” (MERCOCIUDADES, 2021).

Podem fazer parte da Mercocidades tanto as **cidades** quanto **outras instâncias dos governos subnacionais**. Nesse sentido, a associação de Consórcios e Associações de Municípios são realizados por meio de convênios.



### O QUE É?

A **Cidades e Governos Locais Unidos** (CGLU) é uma Organização Mundial de governos locais e regionais, fundada em 2004. A rede possui pelo menos mil cidades e cento e doze associações de governos locais. Ela está presente na África, Oriente Médio, Ásia-Pacífico, Oriente Médio, América do Norte e América Latina (nesta região, é representada pela Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais - FLACMA). O principal objetivo da CGLU é representar as demandas e posicionamentos das cidades em organizações internacionais, de modo a **“fomentar os esforços de nossos membros para alcançar as agendas globais em nível territorial”**. (UCLG, 2021).

### FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Conforme disposto no artigo 6º da Constituição da Organização Mundial da Cidades e Governos Locais Unidos, as categorias de membros que podem se associar à organização correspondem a:

**Membros do governo local;**

**Seções regionais;**

**Membros de organizações internacionais;**

**Membros associados;**

**Membros honorários.**

Os interessados devem apontar o desejo de associar-se ao preencher um formulário, no link da página institucional (<https://www.uclg.org/en/join-uclg/membership-forms>), e enviá-lo ao **Secretariado Mundial da CGLU**, para solicitar adesão à organização. Além disso, os membros associados precisam **pagar uma taxa anual**, a qual varia de acordo com o número de habitantes e o nível de desenvolvimento econômico do país.

# ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE (IACD)



---

## O QUE É?

IACD é a sigla em língua inglesa para International Association for Community Development - Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunidade. Fundada em 1953, nos Estados Unidos, a IACD é uma associação que conecta e desenvolve profissionais que trabalham com o desenvolvimento da comunidade. Os membros contribuintes da associação cooperam entre si, recebem capacitações e criam uma grande rede de networking por meio da participação em conferências, intercâmbios profissionais e possuem acesso a um banco de conteúdos ricos oferecidos pela organização.

Essa associação é um exemplo claro de uma organização internacional ligada ao desenvolvimento profissional, nesse caso, o desenvolvimento de profissionais comunitários. A rede de informações, contatos, conteúdos e outros recursos oferecidos pela IACD podem ser muito úteis a organizações e indivíduos ligados aos Geoparques.

## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

A associação na organização pode ser feita tanto por indivíduos quanto por organizações que trabalhem diretamente ou tenham interesse em desenvolvimento sustentável da comunidade. Para se tornar um membro **basta preencher o formulário de associação** (encontrado na seção "join us" do site oficial) e **pagar uma taxa anual** que varia seu valor conforme uma série de modalidades. Há um **desconto** para indivíduos e organizações de **países em desenvolvimento**, como o caso do **Brasil**.

# ESCRITÓRIO DA FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER NO BRASIL



---

## O QUE É?

Com trabalho no Brasil desde 1969, a Fundação Konrad Adenauer (KAS, na sigla em alemão) é uma organização de origem alemã, vinculada à União Democrática Cristã, partido político do país. Apesar do vínculo, a Fundação possui atividades independentes da União. A organização defende os Direitos Humanos e a democracia, trabalhando na educação política de jovens, empoderamento feminino, formação de gestores públicos e demais ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A ampla variedade de atividades desenvolvidas pela Fundação pode ser de grande auxílio em projetos ligados aos geoparques. Por exemplo, gestores públicos podem participar de cursos oferecidos em parceria com a Oficina Municipal podem ajudar na questão de capacitação da administração pública.

## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

A fundação atua em suas áreas temáticas por meio de eventos, parcerias, conferências, cursos, entre outros. Mais informações sobre as atividades podem ser encontradas na seção de “áreas de trabalho”, localizada no site e na seção de contato onde constam informações bastante detalhadas sobre como chegar em cada área.



# FUNDAÇÃO INTERAMERICANA



## O QUE É?

Criada em 1969 pelo Congresso dos Estados Unidos, a Fundação Interamericana é um órgão independente, ligado ao governo dos Estados Unidos, que preza pelo desenvolvimento das comunidades na América Latina e Caribe. A Fundação financia projetos que objetivem o desenvolvimento local por meio de comunidades mais prósperas, pacíficas e democráticas. Os recursos fornecidos são direcionados exclusivamente a projetos de organizações da sociedade civil (ONGs).

A Fundação Interamericana possui um propósito diferente da IACD, por exemplo, embora ainda tenha o ideal de desenvolvimento comunitário. Por meio do financiamento de projetos, ela pode ajudar ONGs que tenham alguma ligação com os Geoparques, ajudando o local como um todo.

## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Para conseguir financiamento da fundação, é necessário submeter algum projeto de organização não-governamental no edital do órgão. O edital é contínuo e projetos podem ser enviados durante todo o ano. As etapas para submissão incluem: verificar se o projeto se encaixa nos critérios de elegibilidade e é qualificado para financiamento; baixar e preencher o formulário padrão de proposta; enviar o formulário preenchido para o email [proposals@iaf.gov](mailto:proposals@iaf.gov) e, por fim, aguardar a análise da proposta. Os critérios de elegibilidade e o formulário padrão para download podem ser encontrados na seção “solicite fundos” do site oficial da fundação.

# JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA)



---

## O QUE É?

A Japan International Cooperation Agency é uma agência do governo japonês, que busca promover laços mais fortes e o desenvolvimento com outros países. Possuem diversas ações nos âmbitos de cooperação técnica, treinamento de indivíduos brasileiros no Japão, envio de voluntários a comunidades nikkei (descendentes de imigrantes japoneses) e parcerias público-privadas com empresas japonesas.

É um exemplo de agência governamental estrangeira que pode ajudar no desenvolvimento local. Além do desenvolvimento proporcionado pelos projetos em si, o fortalecimento de laços com o país pode trazer outros benefícios, como a promoção da imagem da cidade como um todo.

## FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

Cooperação técnica deve ser pedida por intermédio do Governo Federal (a agência específica é indicada no site). Treinamentos e cursos no Japão têm inscrições abertas para indivíduos. Há ainda NGO-JICA Japan Desk (contato no site) para desenvolvimento comunitário local e um programa de parcerias público-privadas envolvendo empresas japonesas.



## **O QUE É?**

É um departamento do governo do Reino Unido voltado à promoção de seu interesse nacional e o desenvolvimento do país como uma força para o bem global. Assim como o Japão atua internacionalmente para o desenvolvimento por meio da JICA, esse departamento atua em nome do governo do Reino Unido, sendo uma de suas atribuições a ajuda de desenvolvimento a outros países.

Essa atuação ocorre por meio da abertura periódica de editais de financiamento de projetos na página "International Development Funding". Cada edital possui critérios de seleção diferentes, e nem todos estão disponíveis para o Brasil. Por isso, é importante verificar com certa regularidade, de forma a buscar algum que se encaixe nos projetos em desenvolvimento. Dessa forma, pode ser útil em projetos ligados aos geoparques.

É importante destacar que essa não é uma lista última de organizações internacionais, mas um guia. A JICA e o Departamento do Reino Unido, por exemplo, são bons exemplos de órgãos governamentais, mas é possível também buscar outros países. Ao saber a diversidade e os arquétipos de organizações internacionais de desenvolvimento local existentes, a busca por apoio para projetos torna-se muito mais eficaz.

# 7

## ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E O SEU PAPEL NA PARADIPLOMACIA



De modo geral, a paradiplomacia é um processo que demanda a atuação de organizações que medeiam relações entre as diversas esferas municipal, estadual, nacional e internacional. Alguns exemplos dessas instituições são as associações, as confederações, os conselhos e as agências. Neste capítulo conheceremos quem elas são e como funcionam.

### **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM)**

#### **O QUE É?**

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) foi fundada em 8 de fevereiro de 1980, com o objetivo de consolidar o movimento municipalista e fortalecer sua autonomia. A gestão do órgão se dá de forma colegiada, integrada por prefeitos e ex-prefeitos de todas as regiões do Brasil e busca se tornar uma referência mundial na área do municipalismo.

A CNM é uma organização apartidária e sem fins lucrativos, visando a iniciativas políticas para garantir gestão de qualidade e proporcionar boas condições de vida para suas populações.

#### **COMO FUNCIONA?**

**Nacionalmente:** Representação dos municípios frente ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, articulações políticas com parlamentares, intervenção no Congresso relativas a pautas danosas aos municípios. Discussão de políticas públicas; fortalecimento da gestão municipal por meio de orientação técnica e jurídica, inclusão digital e estudos técnicos sobre os municípios.

**Internacionalmente:** Representação dos municípios em organismos e associações internacionais, como a Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e a Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (Flacma).



## **COMO SE ASSOCIAR?**

A associação é feita a partir da Carteira Nacional de Identificação de Autoridade Municipal, preenchida no site da instituição. Existem processos seletivos para integrar a equipe em diversas áreas, através de editais publicados e preenchidos de forma virtual no site da Confederação (cnm.org.br).

## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS (ABM)<sup>2</sup>**

### **O QUE É?**

A Associação Brasileira de Municípios é uma sociedade civil, fundada em 1946, na cidade do Rio de Janeiro e, atualmente, sediada em Brasília (DF). A associação, que não possui fins lucrativos, promove a cooperação entre as municipalidades e outras instituições de mesma natureza a nível estadual, federal e internacional, a partir da sua representação junto ao Comitê de Assuntos Federativos da Presidência da República e em conselhos e fóruns nacionais.

A ABM fornece a seus membros a participação em grupos de trabalho interministeriais e a integração em comissões setoriais, de forma a elevar as habilidades de governança local. Além disso, dispõe aos associados o acesso a pesquisa, estudo técnicos, bancos de dados e envolvimento em congressos com outros parceiros institucionais.

### **COMO SE ASSOCIAR?**

As associações abrangem municípios, associações estaduais e microrregiões, além de gestores e técnicos que possuem atividade no movimento municipalista. Para filiar-se à ABM, é necessário realizar o cadastro pelo site da associação. O valor da contribuição associativa varia de acordo com o número populacional do ente subnacional. (<https://abm.org.br/filiacao-prefeituras/>).

## FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP) <sup>3</sup>



### O QUE É?

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) foi fundada em 1989, a partir de articulação política entre um grupo de prefeitos de algumas capitais. Com o objetivo de zelar pelo princípio constitucional de autonomia municipal, a entidade busca garantir e promover a participação dos municípios no pacto federativo por meio de um diálogo com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (em esfera estadual e federal), bem como com a sociedade civil organizada, podendo adotar medidas coletivas em sua defesa. Inicialmente foi sediada em São Paulo (SP), mas em 2003 houve mudança para Brasília (DF), a fim de facilitar o debate com o Governo Federal, o Congresso Nacional e as instâncias superiores do judiciário.

### COMO FUNCIONA?

Dirigida por prefeitas e prefeitos em exercício de seus mandatos, a entidade possui uma Diretoria Executiva, Vice-Presidências temáticas e um Conselho Fiscal, além de contar com uma equipe de profissionais de diversas áreas de atuação em seu escritório em Brasília. A FNP realiza reuniões gerais com prefeitos e prefeitas de todo o país, secretários municipais, parlamentares e representantes do Governo Federal. Além disso, também realiza outras atividades como parcerias para realização de projetos, organização de eventos e publicações, com destaque para a revista Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil e Anuário g100 (grupo dos cem municípios populosos com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica).

### PROJETOS DA FNP

**“Melhoria do Ambiente de Negócios nos Municípios e Disseminação da Rede Simples em prol do desenvolvimento sustentável”:** parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), busca ampliar e fortalecer as estratégias de estímulo aos pequenos negócios locais e a melhoria do ambiente de negócios. Junto com o Sebrae, também realiza o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), o maior encontro de desenvolvimento sustentável local do Brasil.



**“Rio 2016: Olimpíadas dos direitos de crianças e adolescentes”**: parceria com a União Europeia, busca planejar e executar ações em rede de proteção a crianças e adolescentes durante grandes eventos.

**“Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo”**: projeto com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tem como objetivo fomentar a análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consorciamento público, divulgando informações e conhecimento sobre o tema, bem como disponibilizando um banco de dados sobre a primeira geração de consórcios públicos no Brasil e suas experiências internacionais.

#### **ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA FNP<sup>4</sup>**

A FNP possui um setor de Coordenação Internacional que realiza as seguintes atividades:

Trata dos assuntos relacionados ao estímulo e divulgação de oportunidades de cooperação internacional descentralizada entre os municípios brasileiros, realizando projetos internacionais e cooperação com França, Estados Unidos, Moçambique e Itália;

Busca identificar, criar e disseminar instrumentos para o fortalecimento de áreas internacionais nos municípios e, por meio da articulação com diversas instituições e redes internacionais, ampliar a participação das cidades brasileiras nas mesmas;

Presta suporte aos prefeitos que realizam viagens internacionais para representar a FNP, organiza missões internacionais para que as cidades brasileiras possam conhecer experiências de políticas públicas bem-sucedidas e apoia as ações de cidades fronteiriças brasileiras que buscam uma atenção especial do Governo Federal, através de políticas públicas que considerem suas especificidades locais.



## **COMO SE ASSOCIAR?**

---

Para se filiar à entidade, pode-se entrar em contato pelo e-mail: [secretaria@fnp.org.br](mailto:secretaria@fnp.org.br) e pelo telefone: (61) 3044-9809, ou assinar o termo de filiação que se encontra em uma aba do site oficial da FNP (<https://fnp.org.br/filie-se>). O município filiado deve contribuir financeiramente e pode, a qualquer momento, solicitar o cancelamento de sua filiação.

## **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SUL (CODESUL)**

---

### **O QUE É?**

---

O Sistema Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL-BRDE), criado em 1961, é composto atualmente pelos estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

### **COMO FUNCIONA?**

---

Com o objetivo de encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais, o Codesul busca coordenar e potencializar questões comuns aos estados-membros, principalmente aquelas com relação ao desenvolvimento econômico e social e à integração com o Mercosul, além de estimular a integração regional a partir das Comissões Permanentes e Comissões Técnicas, que compõem o Conselho. Além disso, são desenvolvidas negociações com a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (CRPM), a Junta da Galiza (ou Xunta de Galicia, em galego), a Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino - Litoral (CRECENEA - Litoral), e o Governo de Québec/Canadá para fortalecer a cooperação com essas entidades.<sup>5</sup>





### **EXEMPLO DE AÇÃO:**

---

**Projeto de integração CODESUL/CRECENEA-LITORAL:** a partir da criação do Foro Permanente de Governadores em 1995, que consolidou o projeto institucionalmente, foi possível estabelecer pontos de contato entre os governantes das regiões fronteiriças entre Brasil e Argentina. Algumas das ações firmadas entre as regiões foram:

- Implementação do Instituto para a Integração da América Latina (BID-INTAL), que buscou viabilizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento da Bacia do Rio Uruguai, sendo um deles a construção da Ponte Internacional São Tomé - São Borja, que se iniciou em 1997.
- Estabelecimento de um Programa de Trabalho com a Conferência de Regiões Periféricas e Marítimas da União Europeia (CRPM) em 1999, com o objetivo de promover a cooperação comercial (trocas de mercadorias e de serviços), o intercâmbio universitário e a troca de conhecimento com relação à cooperação para além das fronteiras (transfronteiriça).

## **SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS (SEAF)<sup>6</sup>**

---

### **O QUE É?**

---

A Secretaria Especial de Assuntos Federativos (SEAF) possui a competência de acompanhar a conjuntura política, econômica e social dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, de forma a estimular e articular a relação dos entes federativos com as ações e planos do Governo Federal. Para isso, a Secretaria se divide em dois departamentos: **Aperfeiçoamento do Pacto Federativo** e **Gestão Governamental**, que possuem a função de ampliar e aperfeiçoar a interlocução entre os entes federativos.



## **DEPARTAMENTO DE APERFEIÇOAMENTO DO PACTO FEDERATIVO**

O órgão é responsável pelo acompanhamento da conjuntura social, econômica e política de todos os entes subnacionais, elaborando estudos, pesquisas, análises de informações no âmbito da execução das políticas públicas e sugerindo projetos e ações para aperfeiçoar o pacto federativo e expandir o diálogo, solidariedade e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

## **DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERGOVERNAMENTAL:**

Contribui para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas intergovernamentais que são implementadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal, promovendo a integração e a contribuição de ações para o fortalecimento da capacidade financeira, gerencial e técnica dos governos dos entes subnacionais. Além disso, propõe instrumentos de avaliação para ação governamental e de articulação, para desenvolver as capacidades institucionais para melhor governança, gestão pública e gestão do conhecimento nos entes federativos.

## **AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)**

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi fundada em 1987, com o objetivo de ser um órgão governamental responsável por cuidar da cooperação técnica entre o Brasil e países desenvolvidos. Conta com 120 parceiros em âmbito nacional, parcerias com organismos internacionais e outros países ao redor do mundo. Suas principais áreas de atuação são administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.



## **COMO FUNCIONA?**

A partir da cooperação multilateral com organismos internacionais, a ABC busca internalizar conhecimentos técnicos. No âmbito da cooperação bilateral com países mais desenvolvidos (Alemanha, Espanha, França, Itália e Japão), procura promover o desenvolvimento nacional, principalmente nos setores de meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, energia, transportes e planejamento urbano, por meio da cooperação internacional descentralizada.<sup>7</sup>

Com relação à Cooperação Sul-Sul, a ABC busca fortalecer a parceria entre o Brasil e diversos países do Sul Global para que ocorram trocas de conhecimento, experiências e boas práticas. Nesse âmbito, o Brasil possui relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe, África, Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. As áreas de cooperação são em agricultura (que abrange produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo, turismo, comércio exterior, cultura e direitos humanos. Além disso, a ABC mantém contato com entidades da sociedade civil organizada, para ampliar as oportunidades de cooperação horizontal.<sup>8</sup>

As demandas devem ser recebidas por meio de postos diplomáticos ou representações diplomáticas em Brasília. Caso o projeto seja aceito, é submetido às etapas de pesquisa e consulta com instituições brasileiras, diagnóstico das etapas, custos e participantes envolvidos, além do alinhamento com Ministério das Relações Exteriores e as prioridades da União em termos de desenvolvimento. A ABC é formada por seis coordenadorias divididas por áreas e continentes de atuação.

# **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO (AMCENTRO)**



---

## **O QUE É?**

A AMCENTRO foi fundada em 24 de novembro de 1992. Trata-se do órgão de representatividade regional dos municípios da parte central do Rio Grande do Sul, criado para garantir maior expressividade ao buscar atendimento de suas demandas conjuntas e o desenvolvimento da região como um todo. Atualmente, é integrada por 33 municípios, incluindo os municípios da Quarta Colônia.

## **COMO FUNCIONA?**

Seu principal objetivo é a ação de representação política e institucional, fortalecendo a autonomia municipal e atuando conforme seus princípios, tais como o desenvolvimento das políticas públicas e melhorias nas capacidades administrativas, financeiras e técnicas dos municípios associados.

A AMCENTRO realiza reuniões com prefeitos e gestores, além de coordenar um colegiado (Coordenação de Área) dedicado a articular reuniões de secretarias municipais nas áreas de Agricultura, Assistência Social, Cultura e Turismo, Educação, Finanças e Saúde.

# ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES (AFEPA)



## O QUE É?

A Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA) é uma unidade de assistência direta do Ministério das Relações Exteriores. Dessa forma, os escritórios regionais do Ministério das Relações Exteriores (Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo) funcionam como “braços” da AFEPA. Por ser a junção da extinta Secretaria de Relações com o Congresso e a extinta Assessoria de Relações Federativas, a AFEPA lida com assuntos parlamentares e federativos:

**Competência parlamentar da AFEPA:** realiza a articulação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso Nacional, de forma a providenciar o devido atendimento a consultas e solicitações de parlamentares;

**Competência federativa da AFEPA:** a partir de um diálogo com os Governos estaduais, distritais e municipais, as assembleias legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais, a AFEPA busca assessorá-los em suas iniciativas e providenciar o atendimento às consultas formuladas.<sup>9</sup>

## COMO FUNCIONA?

A partir da interlocução entre o MRE e os entes subnacionais, a AFEPA auxilia a estes nas suas iniciativas e atuações externas, por meio de atendimentos dos Escritórios de Representação do Itamaraty.

# 8

## PARADIPLOMACIA EM PRÁTICA: TRANSFORMANDO OS OBJETIVOS LOCAIS EM REALIDADE



Como observado até aqui, as atividades paradiplomáticas podem ser bastante úteis na gestão de problemas locais e na melhoria da condição de vida da população de modo geral. As possibilidades de atuação estão presentes nos mais diversos âmbitos: financeiro, ambiental, energético, cultural, entre outros. Mas quais são os benefícios de pôr em prática a paradiplomacia? Como é possível atingi-los?

### BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

---

- ✓ Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas internacionais, culturas distintas e iniciativas de sucesso;
- ✓ Inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional, que estão voltadas para o compartilhamento de experiências entre municípios;
- ✓ Mobilização de recursos internacionais voltados a projetos para o desenvolvimento local;
- ✓ Análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas em eventos internacionais;
- ✓ Promoção da viabilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimento para setores estratégicos;
- ✓ Participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência na conjuntura internacional.

## CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PARADIPLOMÁTICAS



### CONSTRUIR PONTES:

É preciso trazer ao diálogo todos aqueles que possuem interesse no desenvolvimento da região, como cidadãos, lideranças locais e empresários;

Buscar consenso comunitário com relação às frentes mais importantes para investimento e comprometimento da administração pública com os cidadãos;

O trabalho conjunto de integrantes da prefeitura e da sociedade civil, setor privado, instituições científicas, de ensino, pesquisa e culturais, unidos por um conselho, colabora para o melhor desenvolvimento das atividades.

### ORGANIZAR RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA

É importante que haja clareza na estrutura dedicada à realização da paradiplomacia, ou seja, profissionais que estejam dispostos a aprender e/ou capacitados na área;

Existência de um arquivo físico e virtual, com a organização de todos os documentos; atas de reuniões e outros processos vinculados à área. Desse modo, é possível que haja continuidade em negociações internacionais que ultrapassam o período de mandato de um prefeito, garantindo também a legalidade perante a lei de transparência pública e o acesso público a documentos.



## **MONTAR UMA AGENDA**

É fundamental mapear as condições preexistentes para desenvolvimento de atividades paradiplomáticas do município/região e avaliar a utilidade para inserção no meio internacional;

A identificação de prioridades e monitoramento de oportunidades para a submissão de projetos que possam beneficiar o município ou a região em geral;

É importante inserir os assuntos internacionais no organograma do governo local como qualquer outro programa e política pública dos gestores municipais;

Destaca-se a importância de pensar no desenvolvimento sustentável, visto que há uma série de oportunidades de nova economia em torno da biodiversidade;

Refletir a questão da segurança na prática do turismo, tendo em vista o contexto pandêmico, mesmo após a superação do coronavírus;

Incentivo à inovação e desejo de mapear e superar as limitações identificadas;

Como cada cidade possui recursos e características próprias, não há um passo a passo específico para se fazer essa autoavaliação, cabendo aos gestores locais.

## **BUSCAR POR AMPARO EXTERNO:**

Reconhecer os organismos internacionais que possam contribuir também é importante, como redes de governos locais, Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e distintas agências da Organização das Nações Unidas.





---

Primeiramente, cabe ressaltar que a atuação internacional por parte de um município demanda a existência de alguns fatores importantes, tais como a vontade de se internacionalizar, o compromisso político e a capacidade de decisão sobre a questão. Além disso, faz-se necessário a existência de recursos e potencialidades locais projetáveis no exterior.

É importante também a existência de uma linha de ação para inserção no meio internacional. Entretanto, não a possuindo, o município interessado em internacionalizar-se pode buscar redes internacionais de cidades, como a Mercocidades, ou organismos internacionais multilaterais ou bilaterais, cujo intuito é auxiliar no “primeiro passo” a ser dado pelo município no processo de internacionalização.

Feita a leitura das condições preexistentes no município, é necessário avaliá-las quanto à sua utilidade para inserção no meio internacional. Como cada cidade possuirá recursos e características próprias, não há um “passo a passo” para fazer essa autoavaliação, cabendo aos gestores locais.



## APROFUNDANDO OS CONCEITOS

---

### DEFINIR ESTRUTURAS QUE SE ADEQUEM À REALIDADE DO MUNICÍPIO

---

- **TIPOS DE ESTRUTURAS:**

- ✓ **Estrutura administrativa** - é necessário que o aparato público tenha um funcionário capacitado responsável, de modo que potenciais parceiros o identifiquem como interlocutor em qualquer projeto e negociação internacional (página 26);
- ✓ **Estruturas financeiras** - é importante prever no plano orçamentário determinado montante para a atuação internacional, permitindo o desenvolvimento e a continuidade de projetos (página 27);
- ✓ **Estruturas jurídicas** - o auxílio jurídico, a nível municipal, é imprescindível para a inserção internacional de um município, de modo que as leis municipais normatizem a atuação do município no ambiente internacional (página 27);

Muitos municípios pequenos podem não possuir condições próprias para se internacionalizar. Assim, consórcios e associações municipais internacionais surgem como uma forma destes municípios ampliarem seu entendimento e sua contribuição sobre a esfera internacional.

### ANALISAR A REALIDADE LOCAL E IDENTIFICAR PRIORIDADES

---

- **PLANO ESTRATÉGICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Análise da realidade local**

- ✓ **Analisar o contexto externo e interno** - o primeiro passo para a internacionalização é o mapeamento de potencialidades e debilidades do município, permitindo a elaboração de uma estratégia a partir destes pontos fortes e fracos. Com a identificação dessa motivação para se internacionalizar e a leitura das condições existentes, é possível prosseguir para o planejamento futuro (páginas 29-30);
- ✓ **Identificar prioridades** - Ao analisar o contexto interno e externo, é necessário identificar os objetivos do município nas relações internacionais de acordo com seu planejamento de governo. Fatores como história, cultura, geografia, línguas e turismo são alguns critérios que a prefeitura pode utilizar para a identificação de objetivos e prioridades (páginas 31-32);
- ✓ **Definir uma visão de futuro** - Com os objetivos a serem alcançados a partir da internacionalização definidos, é possível traçar um esboço de onde o município se vê daqui a cinco, dez ou 15+ anos. É possível destacar características, boas práticas ou projetos que a prefeitura vê como ideais para a prosperidade e o futuro do município (páginas 32- 35);



- **PLANO ESTRATÉGICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Análise da realidade local**
  - ✓ **Instrumentalizar a estratégia** - A partir das análises feitas até aqui, o município pode iniciar o planejamento, a execução e a avaliação de sua internacionalização, sempre de acordo com seus objetivos estratégicos definidos. A instrumentalização jurídica é importante para dar um respaldo legal, assegurando a concordância do projeto com a legislação municipal (páginas 35-39);
  - ✓ **Prever recursos** - Para se fazer um planejamento orçamentário para atuação internacional, o município pode levar em consideração fatores como: custos de operação diários; custos de projetos; participações em redes de cidades, associações, eventos etc.; ferramentas de visibilidade internacional da cidade; consultorias de monitoramento e avaliação de andamento dos projetos (páginas 39-41);
  - ✓ **Revisar a estratégia** - Revisão de coerência, legitimidade, institucionalidade, jurisdição, viabilidade, confiabilidade e eficácia (página 42).

# 9

## EXEMPLOS DE SUCESSO



Nos capítulos anteriores, foi possível conhecer as principais atividades paradiplomáticas e como realizar o passo a passo para sua implementação. Contudo, neste capítulo, serão apresentados exemplos de sucesso que podem ser adotados por municípios de diferentes abrangências que se inserem na paradiplomacia.

### **PORTO ALEGRE - RS**

---

A capital gaúcha, com aproximadamente 1,5 milhões de habitantes (IBGE, 2010), possui um histórico internacional destacado na sua própria conformação populacional, devido ao período de imigração. Nesse sentido, o irmanamento com a cidade italiana de Morano Calabro, celebrado em 1982, além de demonstrar a conexão identitária, possibilita a ressonância de atividades de laços econômicos, culturais e de cooperação que é intermediado pelo Centro Calabrese do Rio Grande do Sul (10). Ademais, a cidade possui reconhecimento regional por ser membro fundador da Rede de Mercocidades, bem como possui aclamação internacional pela atividade de “boa prática” do Orçamento Participativo (OP), sendo reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das 40 melhores práticas de gestão pública do Mundo. Seguindo na esfera internacional, a capital recebeu, em 2013, o convite da Fundação Rockefeller para participar do projeto 100 Cidades Resilientes (11), possibilitando desenvolver ações com investimentos do Banco Mundial nas áreas de melhoria na qualidade de vida, redução de risco de desastres e restauração do tecido social e urbano da cidade.

### **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

---

É um modelo que implica em ações de democracia participativa, ou seja, o cidadão passa a fazer parte do processo que decide o direcionamento dos recursos públicos. Seguindo o modelo da capital gaúcha, idealizadora da política em 1989, e que hoje é reconhecida internacionalmente, o modelo divide a cidade de Porto Alegre em 17 regiões e mais seis áreas temáticas (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE). O seu funcionamento se dá em três passos: reuniões preparatórias, a Rodada Única de Assembleias Regionais e Temáticas e, por fim, a Assembleia Municipal. Embora todo cidadão possa participar dessas reuniões, é salientado que cada uma possui seu direcionamento, enquanto as assembleias regionais debatem os investimentos para sua região, a temática irá discutir os projetos para todo o município.



## SÃO PAULO - SP<sup>13</sup>

---

Em 2003, as relações internacionais foram integradas na estrutura do Governo por meio da criação da Unidade de Assessoramento em Assuntos Internacionais (comumente designada como “Assessoria Especial para Assuntos Internacionais”), na estrutura da Casa Civil, que funcionou como um braço logístico do Governador na preparação de reuniões e viagens internacionais. No mesmo ano, também foi criado o Conselho Estadual de Relações Internacionais e Comércio Exterior (CERICEX), que tinha por objetivo opinar quanto à adoção, implementação e coordenação de políticas e medidas do Estado de São Paulo relativas ao comércio exterior e relações internacionais. O CERICEX, contudo, acabou por não preencher totalmente a sua vocação e foi extinto em 2010. O Estado reforçou sua presença em redes, fóruns e organizações internacionais, como a Cúpula de Líderes Regionais, Metropolis, Urban Age, Fórum de Regiões Mundiais, Organização das Regiões Unidas (FOGAR), Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD), Grupo do Clima, Conselho Mundial da Água, Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), Associação Latino-Americana de Metrô e Subterrâneos, Associação Internacional do Transporte Público, Comitê de Metrô do Imperial College de Londres, Regiões de Ação Climática (R20) e Rede Mercocidades.

Ademais, criou-se uma coordenadoria de pesquisa que visa a monitorar e estudar boas práticas de governança internacionais nas áreas de trabalho do Governo e produzir análises estratégicas sobre as principais tendências internacionais com relevo para o Brasil e para São Paulo, além de atuar em parceria com as universidades da região.



---

O Município de São Paulo é um dos poucos no Brasil que conta com uma secretaria municipal para lidar com os assuntos internacionais. Criada em 2001, a Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) foi responsável pela estruturação e sistematização da agenda internacional da cidade, conferindo importância e peso político às Relações Internacionais no âmbito municipal e dentro da própria prefeitura. Na época de sua criação, a SMRI foi responsável por conferir à cidade de São Paulo uma atuação internacional protagonista, sobretudo por meio da participação nas principais redes transnacionais de governos locais e por estabelecer uma nova relação das cidades com os organismos multilaterais.

Diante destas definições, à época foram estabelecidos cinco eixos de atuação para a Secretaria: a participação em redes internacionais de cidades; o encaminhamento de projetos para organizações multilaterais (BIRD, BID, FAO, OIT, UNESCO, OMS, UN-Habitat); o desenvolvimento de um intercâmbio de políticas públicas e acordos de cooperação técnica entre São Paulo e outras cidades; a captação de recursos para a cidade e o estímulo a investimentos; a realização de missões institucionais e técnicas; e, por fim, a divulgação de políticas inovadoras e bem-sucedidas da cidade de São Paulo.

Em 2013, a Secretaria passou por um processo de reestruturação, ganhando uma nova atribuição, as Relações Federativas. Embora relações com os demais entes da federação já pautasse algumas ações da Secretaria, não era tratada de modo específico, passou-se a ser denominada Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF).

A partir de 2019, a SMRIF foi extinta e transferiu a questão de assuntos internacionais para o Gabinete do Prefeito, pela lei Nº 17.068 de 9 de fevereiro de 2019.



## **OSASCO - SP**

---

Devido ao irmanamento com a cidade de Osasco na Itália, a cidade paulista realizou festivais e convidou cantores, poetas e outras pessoas com este perfil vindos da cidade italiana.

Ponderou a necessidade de que essas ações estivessem relacionadas com a identidade da cidade, a fim de manter e trabalhar com seus valores. Além disso, há uma atuante Coordenadoria de Relações Internacionais, ligada ao Gabinete do Prefeito.<sup>15</sup>



## SALVADOR - BA

---

O período de 2005 até 2012, para Salvador, foi marcado por muitas atividades paradiplomáticas, que contribuíram para seu desenvolvimento em diversas áreas. Em 2005, houve a criação da Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais (SECRI), que, por mais que tenha sido extinta posteriormente, ajudou a fortalecer a articulação internacional do município, atrair investimentos no setor imobiliário e ampliar a capacidade de captar recursos e a interação com a Organização das Nações Unidas (ONU). Dessa forma, o município pôde vivenciar uma atividade paradiplomática bem estruturada, em que a administração pública visava à criação de uma agenda permanente de atuação internacional. Alguns dos resultados obtidos foram os seguintes:

- ✔ Instalação do escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Salvador, em 2005;
- ✔ Inauguração da primeira Casa da ONU do Brasil em Salvador, em 2010. Essa foi uma iniciativa inovadora que tinha como objetivo fortalecer a articulação entre as agências, programas e fundos da ONU;
- ✔ Crescimento do mercado imobiliário a partir do esforço da SECRI em desenvolver essa área, por meio da participação em feiras internacionais, recebendo delegações de outros países e divulgação do município para atores internacionais;
- ✔ A participação do município em fóruns e associações como o Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU) e a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), contribuiu para a troca de conhecimentos sobre planejamento estratégico urbano e para seu desenvolvimento cultural.

Cabe destacar que não são só as cidades grandes que podem realizar atividades no âmbito das relações internacionais. As cidades pequenas, (com até 50 mil habitantes), de acordo com o IBGE, também são capazes de concretizar essas práticas, ao explorarem aspectos culturais, turísticos e estratégicos.





## **MONTE BELO DO SUL - RS**

A cidade da serra gaúcha, com população de 2.670 habitantes (IBGE, 2010) – semelhante à de muitas cidades da Quarta Colônia – possui Gemellaggio (irmanamento) com a cidade italiana de Schiavon, pertencente à região de Veneto e com população em igualdade à cidade brasileira. O ato de irmanamento, realizado em 2001, propunha desenvolver ações de intercâmbio cultural, econômico e técnico. Nesse sentido, são observadas inúmeras ações de integração entre os municípios, como o envio de cidadãos da cidade gaúcha para realizarem estágios em vinícolas ou indústrias italianas.

Ademais, destaca-se a comemoração dos 15 anos de irmanamento entre as cidades, que resultou na 4ª edição do Giro Ciclístico Brasil/Itália, o qual ocorre desde 2010 e proporciona a vinda de uma comitiva de cidadãos e agentes públicos de Schiavon, que percorrem de bicicleta regiões próximas de Monte Belo do Sul. Desta forma, o evento, organizado pela Associazione Culturale Merica Merica de Schiavon-VI e a Associação Fratelli Di Cuore de Monte Belo do Sul-RS, se caracteriza como uma excelente oportunidade de reforçar laços históricos, produzir novas agendas políticas e o aumento de índices econômicos regionais.<sup>16</sup>



### **VOCÊ SABIA?**

#### **Giro Ciclístico Brasil/Itália na Quarta Colônia**

A 3ª edição do Giro Ciclístico Brasil/Itália, em 2014, percorreu algumas cidades da Quarta Colônia e de Santa Maria. Cabe ressaltar que o Giro Ciclístico Brasil/Itália conta com o apoio de associações italianas e do Poder Público dos municípios envolvidos.<sup>17</sup>



Foto: Marlove Perin e Merlo fotografias18



## IJUÍ - RS

---

A cidade do Rio Grande do Sul está buscando o selo da IOV Brasil (Organização Internacional de Folclore e Artes Populares) credenciada a UNESCO, para se tornar a Capital Mundial das Etnias. Caso seja alcançado, possibilitaria ao município elevar o seu turismo e visibilidade para recebimento de investimentos. Destaca-se que essa ação é realizada com base na vocação da cidade, que já possui o reconhecimento nacional de Capital Nacional das Etnias<sup>19</sup>. Essa procura acompanha a formação histórica e a presença de múltiplas etnias no município, as quais estão no centro dos eventos municipais, como a Festa Nacional das Culturas Diversificadas (Fenadi), que é amplamente apoiada pela União das Etnias de Ijuí (UETI) e pela coordenação internacional da UNIJUÍ.

Referência: Município de Ijuí: <https://www.ijui.rs.gov.br/noticia/713/capital-mundial-das-etnias/>. Acesso em: 18/08/2021

## COMODORO - MT

---

Comodoro é um município pequeno, de quase 20 mil habitantes, no oeste mato-grossense. Mesmo não tendo uma área internacional específica, a prefeitura contribuiu para a construção da Nova Agenda Urbana mundial. A partir da coordenação da prefeita e do gestor local responsável pelo planejamento urbano no município, os setores público, privado e a sociedade civil se uniram para discutir a situação do município. A partir daí, foram geradas propostas para a preparação do relatório e posição do Brasil para a 3ª Conferência das Nações Unidas para a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Os resultados da Audiência Pública foram encaminhados ao Ministério das Cidades e fazem parte da posição da CNM para a Conferência, servindo de insumo para a defesa dos interesses dos municípios, tanto nacional como internacionalmente.



## **BLUMENAU - SC**

---

O município de Blumenau, Santa Catarina, integrou a quarta etapa do projeto “50 Parcerias Municipais para o Clima até 2015”. Por meio de visitas técnicas e intercâmbio de conhecimentos, Blumenau desenvolveu um programa de cooperação com a cidade de Weingarten, na Alemanha. Durante a missão técnica, o município conheceu os projetos da cidade alemã centrados em: produção, distribuição e uso de energias alternativas; ações de mitigação e adaptação a eventos climáticos extremos e processos da administração pública. Também participaram do projeto os municípios catarinenses de Pomerode e Brusque, os quais cooperaram respectivamente com as cidades alemãs de Greiswald e Landkreis Karlsruhe.

## **PONTA PORÃ - MS**

---

O Município de Ponta Porã (MS) é conhecido, em nível nacional por seu programa de proteção e defesa civil. A cidade atua como capacitadora de outros municípios brasileiros e da zona de fronteira, fomentando a cooperação descentralizada. Um dos eixos de atuação é a cooperação transfronteiriça com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, pela qual há gestão compartilhada com espaço de integração na fronteira, por meio de programas conjuntos de formação para a defesa civil.

## **GUARARAPES - SP**

---

O município de Guararapes, São Paulo, é cidade irmã da cidade japonesa de Natori-shi, província de Miyagi, Japão, desde maio de 1979. A escolha foi feita pela população das duas cidades em razão da imigração de habitantes da cidade japonesa para Guararapes, no início da década de 1960, e pelos investimentos feitos na cidade paulista por um grupo de empresários japoneses também de Natori-shi.

# 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A participação de um ente subnacional em atividades internacionais, seja de um município, geoparque ou estado federativo, exige um planejamento que esteja em conformidade com a sua realidade, potencialidades de desenvolvimento e os objetivos principais da projeção internacional. Essa interação do local com o global resulta em diversas oportunidades políticas, econômicas, sociais e culturais, como apresentado neste manual.

Nesse sentido, as atrações dos Geoparques Aspirantes da UNESCO Caçapava e quarta Colônia retratam potenciais geológicos, turísticos e culturais que podem ser explorados para consolidação de atividades internacionais dos municípios representados. A região da Quarta Colônia apresenta características únicas devido à sua diversidade paleontológica e à sua história e cultura proveniente da imigração italiana e alemã e refletida na rota turística e gastronômica da região. Caçapava do Sul, por sua vez, representa um território de relevância geológica de rochas sedimentares, marinhas e continentais que se alinha a um grande potencial ecoturístico. À vista disso, apesar das atividades internacionais não estarem formalizadas como ações obrigatórias para gestores locais e regionais, o escopo da paradiplomacia permite que os geoparques promovam políticas públicas para implementação de ações internacionais, com o objetivo de fortalecer a governança e o desenvolvimento local. As potencialidades apresentadas discorrem de oportunidades para abertura do diálogo internacional, seja com entes subnacionais estrangeiros ou na participação municipal em organismos ou associações internacionais.



Dentre as diversas possibilidades de interação global, no caso da Quarta Colônia, por exemplo, a aproximação histórica e cultural com determinadas regiões da Itália e da Alemanha são oportunidades para o intercâmbio entre as partes. Do mesmo modo, as características paleontológicas do território podem ser exploradas a partir da interação com municipalidades estrangeiras com características similares, bem como podem dar vazão a ações de fomento ao turismo internacional. Ademais, a importância ecológica de Caçapava do Sul pode fundamentar o apoio de organismos e associações internacionais na preservação e desenvolvimento sustentável do território. Dessa forma, espera-se que os gestores locais que se interessam pela internacionalização possam se beneficiar das diretrizes expostas neste manual.

Destaca-se que as entrevistas realizadas com os diversos profissionais qualificados nos temas de Relações Internacionais, Paradiplomacia e Relações Governamentais, foram imprescindíveis para apontar direções e definir estratégias de forma adequada à realidade dos geoparques em questão, permitindo a articulação do conhecimento teórico e prático dos integrantes que elaboraram este material. Portanto, a F5 Junior - Consultoria Internacional ampliou o conhecimento no tema para apoiar a possibilidade de pequenos e médios municípios internacionalizarem-se, se tornando, assim, uma empresa júnior capacitada para tal fim.

## Notas



1. Esse fato é tão importante que concedeu à região de Santa Maria um lugar no Guinness Book de 2023 como o berço dos dinossauros mais antigos do mundo. Mais informações sobre isso podem ser vistas em: <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/geral/regi%C3%A3o-de-santa-maria-entra-para-o-guinness-como-o-ber%C3%A7o-dos-dinossauros-mais-antigos-do-mundo-1.2354148>.
2. Informações retiradas do site da ABM, disponível em: <https://abm.org.br/> . Acesso em: 18 jul.21
3. Informações retiradas do site oficial da FNP, disponível em: <https://fnp.org.br/fnp/historico>. Acesso em: 18 ago. 2021.
4. Mais informações na aba “Internacional” no site oficial da FNP, disponível em: <https://fnp.org.br/internacional/coordenacao-internacional-do-fnp>. Acesso em: 18 jul. 2021
5. Informações retiradas do site do Codesul, disponível em: <https://www.codesul.com.br/conteudo.php?pag=oquee>. Acesso em: 11 jun. 2021.
6. Informações retiradas do site da Secretaria Especial de Assuntos Federativos, disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/secretaria-especial-de-assuntos-federativos>. Acesso em: 5 ago. 2021.
7. Mais informações em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoRecebida>. Acesso em: 4 ago. 2021.
8. Mais informações em <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>. Acesso em: 4 ago. 2021
9. Informações retiradas do site da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/quemequem/assessoria-especial-de-assuntos-federativos-e-parlamentares>, e do site do Ministério das Relações Exteriores, disponível em: [http://ere Minas.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes\\_federativas.xml](http://ere Minas.itamaraty.gov.br/pt-br/relacoes_federativas.xml). Acesso em: 12 ago. 2021.
10. Informações retiradas da Câmara Municipal de Porto Alegre: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/legislativo-celebra-30-anos-de-amizade-entre-porto-alegre-e-morano-calabro> .Acesso em 15/07/2021

## Notas



11. Informações retiradas do Observatório da cidade de Porto Alegre: [http://www.observapoa.com.br/default.php?reg=541&p\\_secao=17](http://www.observapoa.com.br/default.php?reg=541&p_secao=17) . Acesso em 15/07/2021.
12. Referência: Prefeitura de Porto Alegre: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/default.php?p\\_secao=86](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/default.php?p_secao=86). Acesso em 28 jun. 2021.
13. Informações retiradas no artigo “Marcovitch, Jacques, org. Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil. Organizado por Jacques Marcovitch e Pedro B. A. Dallari. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014.128p. Acesso em: 19 jun. 2021.
14. Informações retiradas no site do Governo da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/gestao/noticias/?p=272132>. Acesso em: 19 ago. 2021.
15. Informações retiradas do site da Câmara Municipal de Osasco. Disponível em:< [https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/noticias/convenio-entre-a-osasco-brasileira-e-a-italiana-completa-25- anos](https://www.osasco.sp.leg.br/institucional/noticias/convenio-entre-a-osasco-brasileira-e-a-italiana-completa-25-anos)>. Acesso em dia 25/08/2021
16. Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul. Disponível em: <<https://www.montebelodosul.rs.gov.br/pagina/view/2>>. Acesso em 16/07/2021.
17. Informações retiradas do site Vale dos Vinhedos: Disponvel em: <[https://valedosvinhedos.wordpress.com/tag/gemellaggio-entre-as-cidades-de-monte-belo-do-sul-e-schiavon- italia/](https://valedosvinhedos.wordpress.com/tag/gemellaggio-entre-as-cidades-de-monte-belo-do-sul-e-schiavon-italia/) >. Acesso em: 16/07/2021
18. Informações retiradas do site da rádio Difusora 890 - Disponível em: <https://difusora890.com.br/semana-do- municipio-de-monte-belo-valoriza-gemellaggio-com-cidade-irma-de-schiavon/> . Acesso em: 18/08/2021
19. Referência: Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias/616489-ccj-aprova-titulo-de-capital- nacional-das-etnias-para-ijui-no-rs/> . Acesso em 18/08/2021

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AL-LAs. Ação Internacional para uma Cidade Sustentável: Tendências, atores e boas práticas. Cuadernos Proyecto AL-ALs. Belo Horizonte. 2015.

AMORIM, T. Paradiplomacia no Brasil: os casos do Estado da Bahia e do município de Salvador e a política externa subnacional. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.

ARGENTINA. Constitución. Artículo 124. Santa Fe. Senado de la Nación. 1994.

BALDACCHINO, G. Mainstreaming the study of small states and territories. University of Malta. University of Prince Edward Island, p. 3-16. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRILHA, J. A Rede Global de Geoparques Nacionais: um instrumento para promoção Internacional da Geoconservação. CPRM. 2012.

CERVO, A. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva. 2008.

CNM. Atuação Internacional Municipal: Cooperação e Implementação de Políticas Públicas. Confederação Nacional de Municípios, Brasília. 2016.

CORNAGO, N. Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: Dimensions of conflict and co-operation. *Regional & Federal Studies*, v. 9, n. 1, p. 40-57, 1999.

DUCHACEK, I. D.; LATOUCHE, D.; STEVENSON, G. (Ed.). *Perforated sovereignties and international relations: trans-sovereign contacts of subnational governments*. New York: Greenwood Press, 1988.

FERRERO, M. La globalización en acción: regionalismo y paradiplomacia en Argentina y el Cono Sur latinoamericano. *Revista electrónica de estudios internacionales (REEI)*, n. 11, p. 5. 2006.

GOMES, Joseli Fiorin. A contribuição da paradiplomacia municipal sul-americana para a integração regional em zonas de fronteira: a Rede Mercocidades e a integração fronteiriça no âmbito do Mercosul. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados*, v. 6, n. 12, p. 236-257, dez. 2017. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6717/4086>>. Acesso em: 31 out. 2021.





HOCKING, B. Patrolling the Frontier: globalization, localization and the actorness of the non-central governments. In: KEATING M.; ALDECOA, F. Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments. London: Frank Cass, p.17-39. 1999.

JUNQUEIRA, C. A criação das secretarias municipais de relações internacionais (SMRIS) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI). n. 21. 2015.

JUNQUEIRA, C. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, São Paulo. p. 43-68. 2014.

KEATING, M. The new regionalism in western Europe: territorial restructuring and political change. Aldershit: Edward Elgar, 1998.

KEATING, M. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias. In: VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I.; MARIANO, M. P. (Org.). A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: Editora PUC; EDUNESP; CEDEC; FAPESP, p.49-78, 2004.

LESSA, J. V. S. A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores. 2002.

LOUREIRO, J. C. S. Atuação de organizações internacionais na promoção do desenvolvimento local: um estudo de caso sobre Duque de Caxias. Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro. 2012.

MARCOVITCH, J.; DALLARI, P. Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

MCHUGH, J. T. Paradiplomacy, protodiplomacy and the foreign policy aspirations of Quebec and other Canadian provinces. Canadian Foreign Policy Journal, v. 21, n. 3, p. 238-256. 2015.

MEIRELES, T. A atuação internacional subnacional brasileira: perspectivas teóricas e jurídicas do caso brasileiro. I Seminário de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCAR. São Paulo, 2013.

MONTENEGRO, J. Entraves ao Desenvolvimento da Paradiplomacia e os Desafios das Agendas das Cidades. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2019.



NUNES, C. A Paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

PADOIN, M. M. Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. In: Palestra Geoparques. Universidade Federal de Santa Maria. 2020.

RIBEIRO, M. Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: Edufba, 2009.

RODRIGUES, G. Relações Internacionais de Cidades: Paradiplomacia Sui Generis?. In: Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo. 2012. 22p. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt28-2>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

RODRIGUES, G. Relações Internacionais Federativas no Brasil. Revista Dados, v. 51, n. 4, p. 1015-1034. 2008.

SOLDADOS, P. An explanatory framework for the study of federal states as foreign-policy actors. In: MICHEL-MANN, H.J.; SOLDATOS, P. (Eds.). Federalism and international relations: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SPOLAOR, S. Os Papéis Urbanos nas Pequenas Cidades da Quarta Colônia. Universidade Federal de Santa Maria. 2010.

TAVARES, Rodrigo. Paradiplomacy: cities and states as global players. Oxford University Press, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Geoparques. Santa Maria, 2021.

VIGEVANI, T; PRADO, D. Problemas para a atividade Internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.

WOLFF, S. Paradiplomacy: scope, opportunities and challenges. The Bologna Center Journal of International Affairs, v. 10, n. 1, p. 141-150. 2007.

Realização



F5 JUNIOR  
CONSULTORIA  
INTERNACIONAL



UFESM  
Pró-Reitoria de  
Extensão

Produto apresentado para



UNESCO Aspirante  
**Geoparque  
Quarta Colônia**

**CAÇAPAVA** *GEOPARQUE*  
ASPIRANTE UNESCO